

Dimensão histórica da CPI

Orçamento

Além de ter sido obrigada pelos maiores partidos a cancelar a apresentação de relatório parcial, que indicaria uma primeira leva de parlamentares a serem cassados, a CPI do Orçamento está sob forte pressão para favorecer um certo número de deputados e senadores, colocados sob suspeição — mas muito bem apadrinhados por parentes e figurões do Congresso —, possibilitando-lhes assim escapar de eventuais punições. Os seus integrantes têm o dever de resistir a essas manobras, pois o que está em jogo nesse caso é o próprio futuro das instituições.

A esse respeito, a CPI do Orçamento deve se inspirar no exemplo que acaba de ser dado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que propôs, por larga margem de votos — 39 a 10 —, a cassação dos mandatos dos deputados Onaireves Moura (PR), Nobel Moura (RO) e Itsuo Takayama (MT), todos do PSD, acusados de compra e venda de filiação partidária. Se o plenário da Câmara seguir a recomendação dessa comissão, como espera a opinião pública, revoltada com a transformação do Congresso em vulgar balcão de negócios, estará dando mais um passo na longa caminhada para a moralização dos nossos costumes políticos.

A CPI não pode deixar-se envolver pelas manobras destinadas a dar tratamento diferenciado e privilegiado tanto ao deputado Íbsen Pinheiro (PMDB-RS), ex-presidente da Câmara, sobre o qual pesam fortes indícios de envolvimento em irregularidades, e que tem solicitado repetidamente adiamento de seu depoimento, como aos deputados Carlos Benevides (PMDB-CE), Flávio Derzi (PP-MS) e Roseana Sarney (PFL-MA) — filhos respectivamente dos senadores Mauro Benevides, Saldanha Derzi e José Sarney — e alguns outros. Felizmente, o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), e a maioria de seus mem-

bros parecem dispostos a agir com isenção.

A CPI não pode se deixar enredar nessa trama de compadrio e corporativismo, pois a missão que tem a cumprir é da maior relevância para o futuro da democracia entre nós. Suas investigações, embora ainda estejam em curso, já tiveram o mérito de revelar ao País o quanto o nosso sistema político é, ao mesmo tempo, ineficiente e apodrecido. Sua função hoje é dupla. Em primeiro lugar, é claro, continuar a investigar a fundo os escândalos do Orçamento, para poder sugerir em seguida a punição de todos os envolvidos.

Sua segunda função, ainda mais importante que a primeira, à qual está intimamente ligada, é desnudar sem piedade todas as mazelas do nosso falido sistema de representação política. Punir os parlamentares corruptos que desonraram o mandato popular é importante, mas muito mais importante ainda é o Congresso reformar a fundo o sistema que permitiu a proliferação de tantos e tamanhos negócios escusos com o suado dinheiro do contribuinte.

Sem essa ampla reforma, o regime ficará vulnerável a ataques e contestações e, o que é pior, com o aplauso geral da população, que não suporta mais ser lograda e roubada por aqueles que deveriam representá-la e defender seus interesses. Ou a reformamos profundamente, ou a nossa frágil democracia não conseguirá se justificar aos olhos da população.

A CPI enfrenta o seu grande momento de decisão. Não se trata, para ela, de sacrificar os anéis para salvar os dedos, a fim de dar uma satisfação à opinião pública, mas de colaborar decisivamente para a reforma das instituições. Essa é a verdadeira dimensão histórica da missão que ela está chamada a cumprir e, por isso, seus membros não têm o direito de sucumbir à mesquinharia do compadrio.